

Dossiê Formação de Professores Alfabetizadores: políticas, saberes e práticas

Ilsa do Carmo Vieira Goulart¹

Giovanna Rodrigues Cabral²

APRESENTAÇÃO

O Dossiê “**Formação de Professores Alfabetizadores: políticas, saberes e práticas**” reuniu artigos com a temática da formação docente, priorizando um espaço de discussão teórica a respeito das políticas, dos saberes e das práticas que abrangem as formações inicial e continuada do profissional que atua na alfabetização. Nessa direção, os textos trazem uma reflexão sobre as políticas públicas, sobre as propostas didático-metodológicas das formações, de ações e programas específicos para a formação de professores, sobre os saberes e práticas para a área da alfabetização, cuja vertente argumentativa permite olhares reflexivos que ampliam e solidificam o campo de estudos a respeito da formação do professor alfabetizador.

Com vistas ao combate à estagnação dos baixos índices registrados na alfabetização, o Ministério da Educação lançou em 2019, a Política Nacional de Alfabetização. Trata-se de um conjunto de iniciativas que envolvem o trabalho com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a formação de professores, o protagonismo das redes de ensino e o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD).

Nessa vertente argumentativa, o artigo “A (in)visibilidade da literatura infantil nas políticas públicas de alfabetização: Realidade Brasil e Portugal”, das autoras Ana Maria Esteves Bortolanza, Ângela Balça e Neire Márcia da Cunha, buscou uma reflexão a partir das lacunas ou o do que as autoras denominam de “(in)visibilidade” da literatura no processo de alfabetização, tomando por base dois documentos oficiais: a Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2018) e as Aprendizagens Essenciais – Ensino Básico – Português (PORTUGAL, 2018). O texto procura apontar algumas evidências possíveis de contraposições e de convergências nesse contexto das políticas públicas brasileira e portuguesa, a fim de problematizar os aspectos legais em relação às orientações para um trabalho com literatura infantil na alfabetização.

¹ Pós-doutorado em Educação pela Universidade de Barcelona e Universidade Autònoma de Barcelona. Doutora em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas. Professora do Departamento de Gestão Educacional, Teorias e Práticas de Ensino e Professora Permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Lavras. ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-9469-2962> E-mail: ilsa.goulart@ufla.br

² Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (2015). Professora do Departamento de Gestão Educacional, Teorias e Práticas de Ensino da Universidade Federal de Lavras e Professora Permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Lavras. ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-4780-516X> E-mail: giovanna.cabral@ufla.br

Com um enfoque nas políticas de alfabetização implementadas das últimas décadas no Brasil, o artigo “A Política Nacional de Alfabetização e a produção da nova geração: um campo de disputa”, dos autores: Janaína Soares Martins Lapuente, Gilceane Caetano Porto, Mauro Augusto Burkert Del Pino e Simone Gonçalves da Silva, apresenta uma análise da política de alfabetização instituída pelo governo federal, tomando como referência a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a Política Nacional de Alfabetização (PNA) e o Programa Tempo de Aprender. O texto instiga a uma compreensão da articulação entre estes documentos, apontando indícios de um projeto político neoliberal e conservador, bem como de concepções sobre o que se compreende por alfabetização.

Ressalta-se a relevância que precisa ser conferida à alfabetização e ao letramento nas políticas públicas, consubstanciada em programas de formação de professores, na concessão de bolsas de estudo para os professores alfabetizadores, na distribuição de livros didáticos e não didáticos para as escolas, no incentivo à leitura e escrita e nas iniciativas de avaliações externas para acompanhar a alfabetização nas redes públicas de ensino.

Sabe-se que as práticas de leitura e escrita precisam ser estimuladas, ensinadas e praticadas desde a infância. Para que isso aconteça efetivamente nas escolas brasileiras, a formação dos professores alfabetizadores se mostra uma ação basilar. Haja vista que saber ler e escrever não se resume em um ato isolado de decodificar e codificar códigos da escrita, mas sim de ações de compreensão sobre o que se lê em busca dos sentidos do texto.

Dentre as práticas pedagógicas com a leitura e a escrita destaca-se o estímulo de ações com foco na consciência fonológica. Com um enfoque nos estudos e pesquisas direcionados à essa temática, o artigo intitulado “Aquisição da escrita: contribuições de pesquisas de intervenção em consciência fonológica e escrita inventada”, das autoras Viviane de Andrade Soares Sena e Paula Cristina de Almeida Rodrigues, apresenta uma reflexão a partir de um levantamento das produções acadêmicas disponibilizadas no site da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações, acerca da intervenção/mediação sobre a consciência fonológica e a escrita inventada de crianças matriculadas na pré-escola e no primeiro ano do ciclo de alfabetização.

Neste sentido, depreende-se que a formação do professor em constante reflexão sobre sua prática é condição fundamental que se expressa em sua plenitude, quando associada ao compromisso político e ético do profissional com sua escola. Por isso, considera-se que a formação continuada esteja aliada à formação inicial, em um contínuo processo de ação, reflexão e ação, que busca seu conteúdo no encontro da prática pedagógica com o conhecimento teórico. Uma reflexão que Cristina Manuela Sá explora no texto: “Prática pedagógica supervisionada e desenvolvimento da consciência fonológica”, a partir do qual discute sobre a qualidade da formação em relação ao desenvolvimento da consciência fonológica, direcionada aos mestrandos como educadores atuantes do 1.º Ciclo do Ensino Básico integrado no Processo de Bolonha.

Assim, é necessário que se criem condições para que os professores possam refletir sobre suas ações pedagógicas, uma vez que no exercício profissional é possível construir novos conhecimentos decorrentes da própria prática que os envolvem. Dessa forma, ao pensar a formação de professores restrita ao espaço/tempo dos cursos de formação inicial, os autores Islayne

Barbosa de Sá Gonçalves, Nyanne Nayara Torres da Silva, Aline Rafaela Lima e Silva Braga, Alexsandro da Silva discutem sobre “A formação do alfabetizador nos currículos dos cursos de Pedagogia de universidades públicas de Pernambuco”. O texto traz reflexões a partir dos Projetos Pedagógicos Curriculares (PPC) dos cursos de Licenciatura em Pedagogia, apresentando os componentes curriculares, a carga horária prevista, o quantitativo de disciplinas referentes à formação do professor como alfabetizador, com foco nos conteúdos e nas temáticas abordadas nesses PPC, de modo a identificar o espaço formativo atribuído à discussão nos componentes acerca da alfabetização.

No contexto da formação docente como processo contínuo, Alarcão (2001) concebe a formação continuada como processo dinâmico por meio do qual, ao longo do tempo, o professor vai adequando ou construindo seu percurso formativo conforme às exigências de sua atividade profissional. Nessa direção, o texto “A formação docente e a Política Nacional de Alfabetização (PNA): entre perdas e retrocessos”, das autoras Glaucia Signorelli e Fernanda Duarte Araújo Silva, busca compreender e discutir a concepção de formação docente presente na PNA (BRASIL, 2019), além de problematizar a proposta de alfabetização constante na PNA, possibilitando um debate sobre a relevância das experiências dos(as) alfabetizadores(as) na formulação de uma política pública.

Nesse processo formativo, a atuação colaborativa fomenta outras ações e saberes que redimensionam a prática educativa, o que instiga o professor a ser questionador ou problematizador de sua própria prática pedagógica. Assim, Daniele Aparecida Alves Biondo e Cláudia Beatriz de Castro Nascimento Ometto, no artigo: “Saberes e práticas de professoras alfabetizadoras no início de carreira: interlocuções no processo de pesquisa”, buscam compreender as inquietações e reflexões acerca dos próprios saberes e práticas, das experiências construídas pelos docentes. Para isso, tomam como base as perspectivas histórico-cultural do desenvolvimento humano de Vigotski (2000) e a abordagem enunciativo-discursiva de Bakhtin (1999, 2003). Concluem que a pesquisa colaborativa contribui para o desenvolvimento profissional das professoras iniciantes, isso porque ocorre alteração nos modos de ensinar conforme os estudos realizados e as reflexões sobre a própria prática pedagógica.

No artigo “Princípios educativos freirianos para uma formação literária dialógica de professores(as) alfabetizadores(as)”, de autoria de Vanessa Cristina Giroto Nery e Thais Aparecida Bento Reis, a temática da formação ganha o foco da formação literária. Para isso, as autoras trazem uma reflexão sobre a formação de professores(as), com ênfase no desenvolvimento da leitura literária nos anos iniciais do Ensino Fundamental, por meio da atividade de Tertúlia Literária Dialógica. O artigo traz resultados de uma pesquisa que priorizou a relação entre as contribuições da Tertúlia Literária Dialógica e das propostas oficiais na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e no Currículo Referência de Minas Gerais, de modo mais direcionado ao ensino e às aprendizagens da oralidade, da leitura, do sistema de escrita e da compreensão leitora.

Compreende-se que, no campo educacional, as políticas públicas dizem respeito às decisões de um Governo (Federal, Estaduais e Municipais) que têm incidência no âmbito da escola, enquanto espaço de ensino e aprendizagem sistemáticos e dos sistemas de ensino. Dentre as discussões a respeito das

políticas públicas de alfabetização o artigo “Política Nacional de Alfabetização: análise dos discursos sob a ótica dos Estudos Culturais”, das autoras Liziana Arâmbula Teixeira e Thaise Silva, analisou os discursos de alfabetização que foram demarcados no Decreto nº 9.765, de abril de 2019, emitido pelo Governo Federal. O texto procura identificar os discursos de alfabetização que trazem contornos referentes à Política Nacional de Alfabetização e de como estes discursos estão representados nesta política.

Ainda sobre as políticas de alfabetização, no artigo “A política de alfabetização do governo Bolsonaro: reducionismos e colonialidade”, de Maria do Socorro Alencar Nunes Macedo, a autora buscou compreender os antecedentes da Política Nacional de Alfabetização (PNA, 2019) e os princípios teórico-metodológicos que subsidiam tal política, a partir da análise do relatório “Alfabetização Infantil – novos caminhos”, produzido pela Câmara dos Deputados e do texto da PNA no site do MEC.

No percurso das políticas públicas incide um sobrepeso na figura docente, que assume função de mediação do processo de ensino e aprendizagem. Essa perspectiva possibilita sublinhar a importância do professor como sujeito de saberes, construtor de sua própria história, sujeito ativo e atuante marcado pelas experiências vividas, constituidor de seu processo de formação e de profissionalização. O que cabe um olhar direcionado às ações do fazer docente, impregnadas de “[...] um saber plural e temporal [...]” (TARDIF, 2002, p. 19)³.

Nessa perspectiva dois artigos discutem sobre as ações formativas a partir do programa Pacto Nacional de Alfabetização na Idade certa (PNAIC): “O PNAIC e o Desenvolvimento Profissional: quais as perspectivas das professoras alfabetizadoras?”, de Lenise Teixeira Sousa e Silvana Soares de A. Mesquita, que apresenta as contribuições do programa de formação para o desenvolvimento profissional dos professores alfabetizadores. O artigo “Momentos formativos e fazer pedagógico nas palavras de professoras alfabetizadoras”, de autoria de Lívia de Souza Tanus Azarias, Ilsa do Carmo Vieira Goulart e Giovanna Rodrigues Cabral, analisa os momentos que marcaram o percurso formativo e as práticas pedagógicas desenvolvidas por professoras alfabetizadoras. O texto aponta que as ações e as interações que decorreram desde a escolha pela carreira do magistério, a formação inicial e a relação com a prática docente, até a busca por ações de formação, como por exemplo o PNAIC, compuseram os momentos formativos que auxiliam a superação dos desafios impostos pela docência nas turmas de alfabetização.

Apesar do PNAIC ter se caracterizado como uma política pública de formação que teve repercussão nacional, o artigo “Oralidade e alfabetização: o (não) dito nas produções bibliográficas sobre o PNAIC”, das autoras Fabiana Rodrigues de Sousa e Ana Benvinda Camargo da Silva Cosmo, ao realizar um levantamento das produções acadêmicas sobre o programa, constatou que mesmo ao oferecer subsídios para a formação docente continuada e estimular o trabalho com gêneros textuais orais, trata-se de uma escassa produção bibliográfica, de modo específico, em relação aos reflexos dessa política pública no sentido da promoção de práticas alfabetizadoras pautadas na valorização da oralidade.

³ TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis: Vozes, 2002.

Outro fio argumentativo em relação à formação do professor alfabetizador trata-se da Educação Especial e das práticas de inclusão. No artigo “Formação de professores alfabetizadores para atuação com Educação Especial: pistas na produção científica nacional”, de autoria de Rosimar Serena Siqueira Esquinsani, encontra-se uma reflexão a partir dos processos de formação de professores alfabetizadores para atuarem na educação especial, para tanto busca-se pistas deixadas pela produção científica nacional, entendendo que texto científico se consolida a partir de ações investigativas e de acúmulos de evidências, de dados, de conhecimentos.

Neste mesmo sentido, o artigo “Formação de professores alfabetizadores e a inclusão escolar da criança com deficiência”, de autoria de Eliamar Godoi, Juliano Guerra Rocha e Letícia de Sousa Leite, amplia a discussão sobre a temática da inclusão escolar ao trazer para a reflexão a formação de professores alfabetizadores de crianças com deficiência. Os autores buscam tecer considerações sobre a formação a partir de dados resultantes da análise do Projeto Pedagógico e das fichas de disciplinas do curso de Pedagogia, de uma instituição pública de ensino superior no interior do Estado de Minas Gerais e do discurso de alfabetizadoras referentes à experiência de alfabetizar, respectivamente, uma criança com transtorno do espectro autista, uma com cegueira e uma com surdez.

Outra pesquisa foi fomentada pelo contexto pandêmico, a partir das vivências com as tecnologias digitais, que impactou as ações formativas do professor alfabetizador e foi retratada no artigo “Formação *on-line* de alfabetizadores para uso de tecnologias digitais em plena pandemia de COVID/19”, das autoras Julianna Silva Glória e Ghisene Santos Alecrim. A partir do projeto de curso *on-line* de formação de professores alfabetizadores para o uso das tecnologias digitais em plena pandemia da COVID-19, o texto traz uma reflexão acerca de proposta de formação de professores, de modo a realçar a importância de o alfabetizador incluir em sua prática educativa o trabalho com suportes e textos digitais.

No artigo “O Assistente de Alfabetização como face exposta do trabalho docente precarizado”, das autoras Elisandra Gozzi, Olinda Evangelista e Priscila Monteiro Chaves, confere o destaque ao assistente de alfabetização, parte estruturante do Programa Mais Alfabetização (PMALFA), que buscou a melhoria dos índices de alfabetização dos estudantes do 1º e 2º anos do Ensino Fundamental, integrando a Política Nacional de Alfabetização instituída em 2019. O estudo procura compreender os sentidos e os elementos que sustentaram o PMALFA, pondo em evidência a constituição do Assistente de Alfabetização e as condições de trabalho deste sujeito a partir desta política.

Diante disso, reunir pesquisas e estudos sobre as políticas, saberes e práticas que envolvem o contexto de formação dos professores alfabetizadores, permite alargar os debates que estão em curso no cenário nacional, entre outras iniciativas, nas áreas de currículo, avaliação, políticas públicas, formação docente, ensino-aprendizagem, buscando refletir sobre os seus impactos na melhoria da qualidade da alfabetização no país.

Nesse sentido, espera-se que a leitura dos artigos que compõem esse dossiê, possa contribuir para o aprofundamento de discussões acerca da qualidade da formação inicial desenvolvidas nos cursos de licenciatura em

Pedagogia, bem como das ações formativas continuadas que vem sendo oferecidas pelos entes federados para os anos iniciais do ensino fundamental.

Assim, a reflexão proposta pelo Dossiê “Formação de Professores Alfabetizadores: políticas, saberes e práticas” pauta-se na concepção de formação docente como um processo contínuo e permanente, sinalizando que a docência se constitui a partir da visão do seu inacabamento enquanto ser humano (FREIRE, 1996)⁴. Em que a condição humana circunda-se a partir da ideia de inconclusibilidade, de certa descontinuidade metódica e sistemática, por entender que a formação perpassa por processos não lineares demarcados por sequências lógicas da relação com conhecimentos científicos, com conteúdos curriculares, com programas de formação, com elaboração e desenvolvimento de atividades pedagógicas, mas antes pela dimensão reflexiva dos compassos e descompassos das exigências e necessidades da realidade educativa na qual o professor está inserido. O que requer ação, reflexão e ação que se redirecionam “à dialogicidade como ato ativador do processo de humanização, num constante ir e vir de um processo de construção, reconstrução ou desconstrução de um diálogo interior” (GOULART, 2016, p. 723)⁵, que subsidia a atuação docente, de modo específico, como alfabetizador.

⁴ FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

⁵ GOULART, Ilsa do Carmo Vieira. Linguagem, dialogicidade e docência: o processo de formação em atos. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 16, n. 49, p. 705-726, jul./set. 2016.